



Anais da Assembléia

Nº 69.

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 14 DE AGOSTO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA
ATA DA 056ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 1989.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Deputados: Anibal Khury, José Afonso Junior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acyr Mezzadri, Amélia Hruschka, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Vera Agibert (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ferrari Júnior, José Felinto, Leônidas Chaves, Lindolfo Júnior e Luiz Antonio Setti (05). Achando-se em licença o Sr. Deputado Nilton Barbosa (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

defer e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados)

34 Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Em votação a Ata. - Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 59/89

Curitiba, 1º de agosto de 1989.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar dispositivos da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 - Lei de Promoções de Oficiais da Polícia Militar do Estado.

Conforme determinações contidas em dispositivos da Legislação Federal pertinente, o assunto de que trata o plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis foi preliminarmente apreciado pela Inspeção Geral das Polícias Militares, Órgão do Estado-Maior do Exército, tendo merecido parecer favorável. A Polícia Militar do Estado, oferecendo o devido detalhamento quanto aos aspectos da necessidade e oportunidade da medida, esclarece:

"As modificações ora propostas na Lei nº 5.944, de 21 de Maio de 69 (Lei de Promoção de Oficiais da PMPR), têm por objetivo aperfeiçoar os mecanismos de avaliação dos oficiais, com vistas às promoções, tendo por base o interesse da Corporação em selecionar os mais aptos ao desempenho das atividades previstas para postos imediatamente superiores.

As alterações constantes do anteprojeto são as seguintes:

a. Art. 37. ...

I - ...

Redação atual

a) Tempo de serviço prestado à Corporação - meio ponto por semestre completo.

Redação proposta

a) Tempo de serviço prestado à Corporação como oficial - meio ponto por semestre completo.

A contagem de pontos por tempo de serviço prestado à Corporação, para efeito de avaliação e aferição das qualidades profissionais dos oficiais, deve ser conside-

rada somente a partir do momento em que este atinge o oficialato e não como ven sendo computado atualmente, em que se considera todo o tempo de serviço prestado à Corporação, mesmo como praça, o que tem descaracterizado o mérito daqueles que se destacam na carreira, diante de outros com maior tempo de serviço prestado.

Considerando que a carreira de oficial inicia-se com a nomeação ou promoção ao primeiro posto do respectivo quadro, atribuir-se mérito pelo tempo de serviço prestado como praça é uma distorção, pois, favorece os que iniciam a carreira nesta condição, apressa-se o seu acesso, fazendo-os ultrapassarem os demais, gerando descontentamento aos ultrapassados. É justo que oficiais de uma mesma turma, iniciem a carreira em idênticas condições, computando-se-lhes o tempo de serviço prestado à Corporação para os demais efeitos previstos em lei, tais como: adicionais, inatividade, licença especial e promoção por antiguidade.

b. Art. 37. ...

I - ...

Redação atual

d) Tempo de serviço no posto, quando servindo, como efetivo, em unidade ou fração de tropa sediada no interior do Estado: (0,25) vinte e cinco centésimos de ponto por semestre completo, limitado a (três) pontos positivos, para cada promoção.

...
§ 6º - Interior do Estado, para fins de aplicação do disposto na alínea d do inciso I deste artigo, são todos os municípios não compreendidos na Região Metropolitana de Curitiba.

Redação proposta

d) revogar

...
§ 6º - revogar

A revogação dos dispositivos citados (alínea d e § 6º) visa suprimir o registro de pontos positivos por tempo prestado no interior, por ter sido uma grave distorção introduzida pelas Leis nº 7.732, de 07 de outubro de 1983 e nº 8.068, de 28 de dezembro de 1984. No interior os oficiais desempenham funções idênticas às atribuídas a oficiais das unidades da Capital. A diferenciação é privilégio e não traz benefícios à Corporação.

c. Art. 52 - ...

Redação Atual

I - Segundo Tenente a Capitão, inclusive: metade das vagas existentes.

II - Major e Tenente-Coronel: um terço das vagas existentes.

Redação proposta

I - Segundo Tenente e Primeiro Tenente: um terço das vagas existentes.

II - Capitão a Tenente-Coronel, inclu-

sive: um quarto das vagas existentes.

Tal modificação visa selecionar, para o exercício dos cargos de comando e chefia da Corporação, aqueles que mais se destacarem pelas qualidades morais, intelectuais e profissionais."

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - A Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar do Estado), alterada pelas Leis nº 7.732, de 07 de outubro de 1983 e nº 8.068, de 28 de dezembro de 1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:

a. A alínea "a" do inciso I do Art. 37 passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) tempo de serviço prestado à corporação como oficial - meio ponto por semestre completo."

b. Ficam revogados a alínea "d" do inciso I e o parágrafo 6º do Art. 37.

c. Os incisos I e II do Art. 52 passam a vigorar com a seguinte redação:

"I - Segundo Tenente e Primeiro Tenente: um terço das vagas existentes.

II - Capitão a Tenente-Coronel, inclusive: um quarto das vagas existentes."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário "Regime de Urgência" para votação dos Projetos de Lei nº 148/89 e 20/89, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) EDUARDO BAGGIO

REQUERIMENTO Nº 1577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 031/89, que denomina "Deputado Benedito Lúcio Machado" o Auditório "A" do Edifício Tancredo Neves.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1580

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 186/89.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) FERRARI JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1595

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 253/89, da Associação Civil dos Servidores Públicos e Empresas Estatais do Paraná, e inclusão na Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO N° 1585

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 131/89, que concede gratificação de responsabilidade técnica.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1586

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 354/87, que institui a Federação das Instituições de Ensino Superior do Vale do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1587

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 183/89, que altera a denominação da fundação Faculdade de Educação Musical do Paraná, para Fundação Faculdade de Artes do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1588

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja dada Preferência de Votação ao Projeto de Lei n° 171/89, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 1589

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, dispensa da discussão e votação para os projetos aprovados em 3ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 1601

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER a retirada do Projeto de Lei n° 50/89, que trata da atualização da cobrança do I.P.V.A., por três sessões, visto que os valores de impostos, segundo norma constitucional (princípio da anualidade), não podem ser alterados no mesmo exercício.

Além do mais, temos notícia de que a Secretaria da Fazenda não está cumprindo a Lei Estadual que trata da matéria, desconsiderando emenda aprovada por esta Casa, no tocante à adoção do Calendário do CONTRAN, conforme foi amplamente noticiado pela imprensa.

Os contribuintes não podem ser onerados com aprovação da Assembléia Legislativa, em matéria tributária.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1596

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a inserção em Ata dos trabalhos da sessão de hoje desta Assembléia Legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do doutor YUZUKO OGAWA, ocorrido em Londrina, requerendo, também se dê ciência à família do extinto, na pessoa da viúva, dona Toshiko Ogawa, à Rua Sergipe, 833 - Londrina.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

A sociedade londrinense foi surpreendida pela súbita e prematura morte do advogado e comerciante Yuzuro Ogawa, pessoa conhecida e respeitada nos meios empresariais e sociais da cidade.

Casado com dona Toshiko Ogawa e pai de seis filhos, o extinto faleceu aos 49 anos, vítima de parada cardíaca, no exato momento em que começava uma reunião festiva do Rotary Clube, entidade a que ele pertencia.

Diretor e um dos proprietários do Supermercado Garça, antigo e tradicional estabelecimento comercial londrinense, Yuzuro Ogawa tinha também destacada atuação na ACEL - Associação Cultural e Esportiva de Londrina, que congrega a comunidade nissei.

Grças ao extenso relacionamento que mantinha com os mais diversos setores da comunidade londrinense e à própria expressão da família do homenageado, o inesperado falecimento de Yuzuro Ogawa provocou verdadeiro impacto em todos os meios.

Entendemos oportuno que esta Assembléia se una também às centenas de manifestações de pesar, a fim de fazer chegar, à família enlutada, as expressões de sua solidariedade pela irreparável perda.

REQUERIMENTO N° 1597

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, REQUER a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, da Assembléia Legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor JOSÉ PEREIRA DE REZENDE FILHO, ocorrido em Londrina.

Da decisão, Requer, outrossim, seja dado conhecimento à família do extinto, na pessoa da viúva, dona Benedita Costa Rezende, à Rua La Paz, 336, em Londrina.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Mineiro de Pouso Alegre, José Pereira de Rezende transferiu-se com a família para Londrina há quarenta anos, dedicando-se à atividade agrícola e pecuária. Deixou viúva e seis filhos.

Seu falecimento, aos 77 anos de idade, ocorreu após longa e pertinaz doença.

José Pereira de Rezende Filho, deixou grande número de amigos, que nele viam um exemplo de dedicação ao trabalho e à família.

REQUERIMENTO N° 1598

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, desta Assembléia Legislativa, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do radialista MOACIR THEODORO DE SOUZA, conhecido como Brasil Filho.

Requerem, outrossim se dê conhecimento da proposição à família do extinto, na pessoa da viúva, doutora Zilda Mello de Souza.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(aa) DAVID CHERIEGATE
JOÃO ARRUDA

BASÍLIO ZANUSSO

LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

ANTÔNIO COSTENARO NETO

AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

Brasil Filho, como era conhecido o radialista Moacir Theodoro de Souza, faleceu em Londrina, depois de longa enfermidade. Atuando no rádio londrinense desde 1982, com passagens igualmente marcantes pelas Rádios Bandeirantes, Record e Panamericana, todas de São Paulo, o extinto marcou época, graças a um trabalho sério e da melhor qualidade.

Reconhecido como um dos melhores profissionais do rádio, não só do Paraná como do Brasil, Brasil Filho era respeitado também por sua lealdade profissional, conforme destaque feito pelo jornalista Windson Schwartz, na Folha de Londrina do último domingo, 13 do corrente.

Pelo trabalho que desenvolveu nos últimos tempos, como apresentador de comícios políticos, o radialista tornou-se conhecido em todo o Estado. Antes disso, porém, no rádio, seus programas obedeciam aos mais diversos estilos, indo das gincanas culturais, a poesias e músicas de seresta, passando pelos comentários esportivos. Até há um ano atrás, quando a doença o forçou a deixar o trabalho, Brasil Filho vinha se dedicando à organização de solenidades e animação de feiras e exposições.

Natural de Barigüi, no Estado de São Paulo, era casado com a advogada Zilda Mello de Souza e deixou seis filhos. Seu falecimento, no último sábado, 12, provocou grande consternação nos meios radiofônicos de Londrina, assim como entre os milhares de ouvintes que o acompanharam, pelo rádio, em toda a região norte do Estado.

REQUERIMENTO N° 1600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento do Senhor Rubens Siqueira ocorrido no último dia 07 de agosto.

O lamentável acontecimento abriu lacuna irreparável na sociedade curitibana e particularmente a Comunidade Adventista do Juvevê, do qual era membro atuante.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1573

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do Dia Nacional do Garçon, comemorado no dia de

hoje.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao sindicato referente.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 1574

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Votos de Congratulações pela comemoração do 41° Aniversário da Casa do Estudante Universitário - CEU, comemorado em 11 de agosto de 1989.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência àquela entidade, no seguinte endereço:

Fundação Casa do Estudante Universitário do Paraná

Rua Luiz Leão, 1

Caixa Postal 1.106

80.030 - CURITIBA - PR

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1575

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Douto Plenário, votos de congratulações pela posse do Senhor José Carlos Gomes de Carvalho, no Cargo de Senador da República.

Requerem, ainda, que do presente se dê ciência ao mesmo.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(aa) ORLANDO PESSUTI

PIRAJÁ FERREIRA

ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 1579

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o registro nos Anais desta Casa, de votos de cumprimentos à Polícia Militar do Paraná pelo transcurso de seu CENTÉSIMO TRIGÉSIMO QUINTO aniversário.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

No momento em que comemora seus 135 anos, a Polícia Militar do Paraná merece os cumprimentos desta Casa de Leis.

Corporação disciplinada, laboriosa e cumpridora aguerrida de suas missões, lutando incansavelmente pela manutenção da ordem, pela segurança da população deste Estado e pela paz social, mostrando-se sempre fiel aos governantes.

A Polícia Militar, vê, no ano de comemoração dos 135 anos, o trabalho da Assen-

bléia Estadual Constituinte. Tamarhá é a sua responsabilidade junto ao Povo do Paraná que ela não encontra tempo em seus dias para recorrer aos nobres Parlamentares em busca de conquistas, permanecendo, disciplinadamente, no aguardo de que seus méritos sejam reconhecidos e que tanto a Corporação, bem como seus filhos, sejam lembrados pelos Parlamentares representantes das diversas regiões deste Estado. Espera pacientemente que cada um dos Deputados, em agradecimento pelo seu trabalho, dê-lhe um presente na nova Carta Magna.

Parabéns, pois, Polícia Militar. Nós havemos de lhe dar o presente que você tanto espera.

Salve 10 de agosto - dia da Polícia Militar do Paraná.

REQUERIMENTO N° 1599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundas congratulações ao Jornal TRIBUNA DE SÃO JOSÉ pelas comemorações alusivas aos 32 anos de fundação, completadas no dia 18 de junho último.

Requer, ainda, que do mesmo seja dada ciência ao Senhor Elon Fay Natal Bonin, fundador desse Jornal bem como aos Senhores Mauro Dombrowski, Renê Miranda, Joaquim dos Santos Rocha, Osvaldo Nascimento, Ernani Zétola e Senhoras Dirsélia Dombrowski, Vilma Bonin e Marisa Dombrowski.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o requerimento que ora apresentamos de profundas congratulações ao Jornal Tribuna de São José, por intermédio de seu titular Senhor Elon Fay Natal Bonin, bem como a toda sua equipe, pelas comemorações alusivas aos 32 anos de fundação dessa tribuna, prende-se ao fato desse ilustre jornal estar cumprindo ao longo desse período, um brilhante e admirável trabalho.

Aliás, trabalho esse, por demais honroso, digno e valoroso para toda sociedade, que tem repercussão não só entre os são joseenses como também em todo o meio político e social da região metropolitana de Curitiba.

Todos nós somos sabedores de que para se completar 32 anos de um semanário do nível dessa Tribuna, é necessário organizar-se, desenvolver metas de trabalho, atingir a publicação desejada, ter uma equipe coesa e, sobretudo, ter coragem e ousadia para ultrapassar as adversidades encontradas, que aliás, não são poucas.

A homens ousados, empreendedores e de coragem como Elon Fay Natal Bonin, nosso companheiro e amigo de tantas lutas, cabe-

-nos nesse momento, irmanar-nos com ele e toda sua equipe, nesse momento em que comemoramos uma data tão importante como essa, é que contamos com a anuência dos demais nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação desse requerimento.

REQUERIMENTO N° 1572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente às autoridades abaixo nominadas, solicitando que a empresa aérea VASP passe a operar na cidade de Maringá.

1. GOVERNADOR ÁLVARO DIAS.

2. GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO SENHOR ORESTES QUÉRCIA.

3. DIRETOR PRESIDENTE DA VASP, SENHOR MARCELO GRAVINA ANTINORI.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Maringá e Região Metropolitana contam com aproximadamente 500.000 habitantes, um razoável Parque Industrial, uma grande universidade e também como característica marcante o grande potencial agrícola. A região de Maringá é hoje no Brasil talvez o pólo geo-econômico que mais rápido se desenvolve.

A cidade de Maringá conta como um bom aeroporto, onde durante um longo período, aeronave do tipo boeing 727 e boeing 737 operaram normalmente até que fossem concluídas obras de reforma no aeroporto da cidade de Londrina. Hoje em dia, Maringá é assistida apenas por empresas aéreas regionais, que utilizam aeronaves do tipo foker F-27, porém, sem sombra de dúvidas uma cidade como Maringá merece ter outras opções no seu transporte aéreo, principalmente para atender a crescente demanda que existe hoje naquela cidade para este setor.

REQUERIMENTO N° 1583

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio do expediente ao Excelentíssimo Senhor Antônio Lopes de Noronha, digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, no sentido de que sejam destinadas, com maior brevidade possível, viaturas para equipar as Subdelegacias dos Distritos de Pato Bragado, Entre Rios e Porto Mendes, respectivamente, Distritos estes que fazem fronteira com o Paraguai.

Sala das Sessões em, 14.08.89

(a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

Fundamenta-se o presente pedido da necessidade de solução urgente para minimi-

zar a criminalidade que está atormentando a população daquela região.

Esclareça-se que sendo os referidos Distritos fronteiriços com o Paraguai: furtos, roubos e homicídios são uma constante e embora a polícia conte com material humano disposto a combater a criminalidade, não tem meios para tal, face a carência de veículos para esse mister. Ademais, temos certeza que, se bem guardadas as fronteiras beira lago, a população da região terá maior segurança, que é o fim que todos buscamos.

REQUERIMENTO N° 1584

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Heinz Georg Herwig, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a viabilidade de incluir no Programa de Pavimentação de vias vicinais do Paraná a ligação asfáltica JANGADA - PR 323 - CAFEZAL no Município de Iporã, numa distância de 14 quilômetros.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Considerando serem os Distritos de Cafezal e Jangada, dois dos mais importantes Distritos do Município de Iporã, quer em razão de sua densidade demográfica, quer em relação a sua potencialidade agrícola e considerando principalmente ser grande o intercâmbio entre os mesmos, e que ainda Cafezal como local de acesso de Jangada à PR 323. O referido pedido atenderia antiga e justa reivindicação do Município de Iporã.

REQUERIMENTO N° 1591

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, com fulcro nas suas prerrogativas parlamentares, após ouvido o colendo Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, gestionando pela extensão de luz até as residências da Vila CIC, nesta Capital, conforme abaixo-assinado anexo.

A presente solicitação prende-se ao fato de que inúmeras famílias já fixaram, em caráter definitivo, residência naquela localidade, onde, inclusive, têm construções. Faz-se necessária a extensão de rede de água e esgoto e iluminação elétrica, conforme expediente já encaminhado à SANE-PAR e o ora endereçado à COPEL.

No momento em que a COPEL atinge números surpreendentes de ligações elétricas,

em todo o Estado, inclusive, no setor rural, mesmo nos lugares mais recônditos, inexplicável o não atendimento da presente reivindicação, cuja execução poderá ser objeto de discussão com a comunidade interessada, a fim de vencer-se obstáculos que possam, eventualmente, interpor-se.

Confiante na sensibilidade e distinta atenção já explicitadas pelo Presidente da COPEL, em outras ações, aguardamos, com brevidade, um posicionamento quanto à reivindicação.

Que do teor do presente, dê-se ciência à Secretaria de Mobilização Popular do PDT, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1592

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado, à FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, no sentido de que seja agilizada a liberação de recursos para a construção da escola de 1.ª a 4.ª séries, no Conjunto Habitacional Primavera, na cidade de Realeza.

O Conjunto Habitacional Primavera foi construído através da COHAPAR, pela forma de mutirão e conta atualmente com 154 (cento e cinquenta e quatro) famílias e com um número elevado de crianças em idade escolar. Pela inexistência de estabelecimento de ensino na localidade, as crianças estão deslocando-se para escolas distantes que pelo que se tem notado, aparentemente, inclusive, estarem sobrecarregadas.

Atualmente há uma pré-escola e o 1º ano primário funcionando em caráter precário no Centro Comunitário. A construção da escola viria dar fim a essa situação incômoda que já motivou, inclusive, algumas desistências, em função da óbvia dificuldade.

Certo de que as autoridades responsáveis estarão atentas para a importância da efetivação dessa conquista para as 303 (trezentas e três) crianças que residem no Conjunto Primavera, em Realeza, aguardamos, com a brevidade que o caso requer, um posicionamento favorável por parte dos órgãos consultados.

Que da decisão do presente dê-se ciência ao Senhor Prefeito Municipal e aos Vereadores com assento à Câmara Municipal de Realeza.

Sala das Sessões, em 14.08.89

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1593

Senhor Presidente.

O Deputado adiante subscrito, REQUER,

no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Colendo Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à régia IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO, solicitando as providências necessárias para mandar imprimir o maior número possível de exemplares, dentro das disponibilidades, da cartilha elaborada e editada pela ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS.

A cada dia que passa o consumo de drogas vai ganhando dimensões assustadoras. Não mais se restringe a grupos excêntricos e isolados. Alastra-se perigosamente por diversos setores da sociedade, atingindo, principalmente, os jovens, dos mais diversos níveis de instrução, desde estudantes universitários até crianças do curso primário.

Os efeitos dessa grave moléstia social sobre todos nós fez despertar uma preocupação generalizada com as consequências que podem ser produzidas e forçou a formação, natural, de uma grande corrente que se empenha no combate frontal à toxicomania.

A visível tragédia que as drogas encarregam-se de espalhar sobre a nossa sociedade fez com que passássemos sobre divergências de caráter menor, para que nós somássemos em uma grande frente contra as drogas, pela vida.

São empresários, ex-usuários, cidadãos comuns, políticos, militares e clérigos que emprestam seus esforços na batalha pelo vencimento desse mal.

A falta de informação da população em geral a respeito das consequências do uso de drogas, do poder de cada droga sobre o organismo humano, das formas de ação dos traficantes, das características que assehoram-se dos viciados e dos sintomas da toxicomania instalada, além dos procedimentos a serem adotados para o combate do mal têm colaborado ainda mais para a propagação desta que é tida como uma das mais graves e terríveis patologias sociais.

Hoje, a Associação Nacional Antidrogas, uma entidade séria, vem assumindo papel de especial e destacado nesta importante luta, cujos objetivos são públicos e, por isso, elaborou e fez editar uma apropriada e bem planejada cartilha contra drogas que muito tem a colaborar nesta brigada.

Cabendo ao Poder Público um papel muito especial, apelamos à habitual sensibilidade do Senhor Diretor da Imprensa Oficial do Estado e das demais autoridades competentes, a fim de que não sejam medidos esforços no sentido de mandar imprimir, pelo menos, 500.000 (quinhentos mil) exemplares daquele material, que será distribuído nas escolas e órgãos públicos como material de apoio na campanha que a entidade desenvolve e que, por certo, mere-

cerá o integral apoio dos poderes constituídos.

Assim, teremos certeza de que nem mesmo a falta de recursos foi suficiente para vencer a imorredoura e inelutável vontade de batalhar pela garantia da integridade e do futuro de nossa sociedade, livre dessa terrível patologia que dilacera os sonhos de futuro de nossa mocidade.

Que do teor do presente, dê-se ciência, ainda, à Secretaria de Estado da Educação, à Secretaria de Estado da Segurança, ao Conselho Estadual de Entorpecentes e ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 194/89

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

DECRETA

Art. 1° - Fica, o Poder Executivo, autorizado a criar o Instituto do Coração do Paraná, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde com sede na Capital e que será administrado por uma sociedade com regime jurídico de sociedade de economia mista.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Parágrafo Único - Após o prazo mencionado no "caput" deste artigo, o Poder Executivo tomará as providências necessárias para que o Instituto do Coração do Paraná inicie efetivamente suas atividades num prazo máximo de 02 (dois) anos.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.08.89

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição justifica-se pela constatação de, no país, o maior índice de mortalidade estar ligado às doenças cardiovasculares. Outros Estados já vêm tomando providências no sentido de dotar-se de equipamentos, colocando-os à disposição da população, visando minimizar os efeitos da precariedade na prevenção de tais doenças.

O índice de mortalidade aludido onera sobremaneira os cofres públicos, visto a inexistência de mecanismos preventivos.

É imprescindível que se tomem providências urgentes na área para restabelecer condições satisfatórias de saúde.

O avanço tecnológico nos países subdesenvolvidos não acompanha os mais desenvolvidos, exatamente porque lhes falta a devida preocupação em aplicar recursos para um maior avanço, notadamente quando se depreende da realidade do país caracterizada por um vácuo nos equipamentos sociais

que privilegiem as políticas sociais voltadas às reais necessidades da população.

Há muito que se construir em nosso país e neste Estado, de maneira que as políticas sociais atendam às demandas da sociedade. Dentre outras medidas, esta apresenta um caráter emergencial, visto a extensão do problema.

Contamos com a aprovação dos ilustres Deputados para a tramitação urgente desta matéria.

PROJETO DE LEI N° 195/89

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° Fica adotada aos portuários do Paraná a política de pessoal determinada pela PORTOBRÁS, a nível nacional, obedecidas as cláusulas contratuais de concessão.

Art. 2° - É assegurada transposição do pessoal ao PUCS, "Plano Único de Cargos e Salários", implantado pela PORTOBRÁS desde 01.06.89.

Parágrafo Único - Os reajustes salariais, vantagens e demais benefícios, aprovados pela PORTOBRÁS ao Sistema Nacional, se estendem aos portuários do Paraná, independente de autorização governamental.

Art. 3° - São considerados portuários, para efeito da presente lei, os empregados ou servidores do quadro permanente da APPA e os ocupantes de cargos em comissão de livre escolha do Governador.

§ 1° - A APPA preencherá as vagas existentes no seu quadro de pessoal permanente, obedecendo os seguintes critérios:

a) através de testes seletivos internos, para todas as categorias;

b) as vagas remanescentes serão preenchidas, exclusivamente, através de concurso público, de acordo com as normas vigentes;

c) não poderão haver admissões sem que haja atendido o disposto neste artigo.

§ 2° - As funções de confiança serão exercidas sempre com os empregados e servidores integrantes do quadro permanente.

Art. 4° - Os serviços portuários de capatazias, previsto no art. 285 da CLT, serão executados por pessoal contratado, através do Sindicato da respectiva categoria.

Art. 5° - Os funcionários do quadro permanente, terão como órgão representativo da categoria o Sindicato dos Servidores dos Portos de Paranaguá e Antonina, sucessora da Associação Profissional dos Portuários e UPP.

Parágrafo Único - Os empregados ou servidores, eleitos para os fins deste artigo, serão afastados do trabalho em licença remunerada percebendo uma importância igual à maior remuneração do trabalha-

dor de sua categoria, sem prejuízo do tempo de serviço, adicionais, promoção, enquadramento, licença, férias, resguardados os direitos eventualmente estabelecidos em convênios ou acordos realizados com a PORTOBRÁS.

Art. 6º - A APPA fica autorizada a celebrar acordo coletivo de trabalho com o Sindicato de classe, como ato destinado a disciplinar as condições de trabalho, de remuneração e demais direitos e deveres de seus empregados.

Art. 7º - Fica destinado 1% (um por cento) da receita da APPA ao Sindicato dos Servidores dos Portos de Paranaguá e Antonina, destinado única e exclusivamente para assistência médica e hospitalar dos respectivos associados.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) ALGACI TULLIO

JUSTIFICATIVA:

Temos a honra de submeter a elevada apreciação dos nobres Parlamentares, o incluso projeto de lei que "dispõe sobre a adoção de critérios à Política de Pessoal dos Portuários do Paraná e dá outras providências."

Trata-se de uma medida justa que vem balisar definitivamente a situação híbrida por que passam os portuários, em razão do contrato de concessão firmado entre o Governo do Estado do Paraná e o Governo Federal, objetivando a exploração dos serviços portuários.

Para esse efeito, os portuários são empregados de uma concessionária criada pelo regime autárquico estadual, porém vinculado à política salarial, adotado pelo Ministério dos Transportes, através da PORTOBRÁS e bem assim, subordinado às normas federais ditadas pela Lei 4.860, de 26.11.1965.

Dessa forma, os portuários do Paraná sempre obtiveram reajustes salariais e vantagens trabalhistas, baseado em negociações realizadas em Brasília e acordeados entre PORTOBRÁS, Federação Nacional dos Portuários e representantes classistas, intervenientes pelo Ministério do Trabalho.

A partir daí, esses benefícios se estendem à categoria dos portuários do Paraná, mediante autorização do Governo do Estado, após a formalização do pedido embaixado nos itens constantes da mensagem Telex, enviada pela PORTOBRÁS.

Tal sistema, fica sujeito à morosidade na tramitação de processo administrativo, eis que as negociações acordadas em 01.06.1989 e em vigor em todos os Portos, ainda não foi efetivada no Paraná, decorrido, portanto, mais de sessenta dias, sem

qualquer resposta.

A nobre classe dos portuários que enfrenta com coragem, as intempéries e as despesas de uma atividade difícil, trabalhando diuturnamente tem dado sua parcela de contribuição para que o Estado como um todo, se consolide e o país possa, quando for a hora, saldar seus compromissos internacionais, pelo crescimento que faz projetar força da economia paranaense.

Os portuários criaram uma entidade sindical que defende os seus interesses, sonhando com uma entidade forte, dinâmica e representativa que espelhe a mesma grandeza do Porto de Paranaguá.

É inadmissível que seus representantes continuem sujeitos a relógio ponto e sejam penalizados pelo exercício de representação.

É preciso que se dê aos portuários do Paraná, que tantos serviços têm prestado ao Estado, liberdade e condições dignas de trabalho.

É preciso que se cumpram as negociações e respeitem os acordos firmados a nível nacional, dando condições de sua aplicação imediata sem necessidade de qualquer postergação, uma vez que a receita tarifária e os índices fixados a nível nacional oferecem o respectivo suporte para a ocorrência das despesas de pessoal.

Em razão do exposto, necessária se torna a aprovação do presente plano que irá, por certo, corrigir as distorções existentes que têm gerado entendimentos conflitantes com o interesse do trabalhador portuário que tanto tem contribuído para o desenvolvimento integrado da nação brasileira.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI Nº 196/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Helena, com sede e foro na cidade e Comarca de Santa Helena.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Helena, criada em 29 de abril de 1988, com sede e foro no Município e Comarca de Santa Helena, tem como principais objetivos promover o bem estar, a proteção e o ajustamento em geral dos indivíduos excepcionais onde quer que se encontrem; estimular os estudos e pesquisas, relativos aos problemas dos ex-

cepcionais.

O termo "excepcional" é interpretado de maneira a incluir crianças, adolescentes e adultos que se desviem acentuadamente para cima ou para baixo do nível dos indivíduos normais em relação a uma ou várias características emocionais, mentais, físicas ou sociais, ou qualquer combinação dessas, de forma a criar um problema especial com referência a sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social.

Para consecução dos seus objetivos, a APAE, se propõe a cooperar com as instituições públicas e particulares, empenhadas na educação de excepcionais e incentivar a disseminação das mesmas ou criá-las; levar o público a conhecer melhor o problema dos excepcionais e a cooperar com as entidades interessadas no mesmo problema; incentivar a criação e o aperfeiçoamento de classes excepcionais em grau primário e secundário e demais atividades preocupadas com os "excepcionais".

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 197/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica criado curso profissionalizante, em nível de 2° grau para trabalhadores de creches.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 dias a partir de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

A crescente demanda de vagas em creches públicas e privadas, junto da urbanização da população paranaense e do acesso crescente de mulher ao mercado de trabalho, traz como consequência a necessidade de adaptação das estruturas de ensino à nova realidade.

Exige a elaboração de uma nova visão sobre o equipamento social "creche" até então conceituado como mero espaço para acomodação de crianças de zero a seis anos incompletos.

Assim como para a nova escola se busca a formação de profissionais habilitados e capacitados, é indispensável a preparação de profissionais especializados nesta faixa etária de atendimento em creches, pois, como sabe, cada fase da vida da criança encerra um conjunto de especificidades próprias.

Hoje este atendimento é realizado por profissionais não habilitados, com baixa

escolaridade, em jornadas prolongadas, que correspondem à atual realidade da inexistência da regulamentação da profissão de trabalhos em creche.

É no sentido de prestar melhor serviço especializado à creche, de ofertar aos atuais trabalhadores as condições de seu aprimoramento profissional, que encaminhamos o presente projeto, devendo ser ouvidos os integrantes da categoria.

Propomos seja criado, ainda, para fins de debate e subsídios, comissão especial para este fim composta de educadores profissionais de creches, representantes do movimento de mulheres e do Conselho Estadual da Condição Feminina.

PROJETO DE LEI N° 198/89
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS - APAE, com sede no Município de Marilândia do Sul - PR.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.08.89.

(a) IRONDI PUGLIESI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente estão inscritos a Deputada Irondi Pugliesi e o Deputado Lindolfo Júnior.

Ausentes.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Liderança do PMDB com a palavra.

Declina.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requeri a minha inscrição através do Deputado Algaci Túlio no Grande Expediente de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estavam inscritos o Deputado Lindolfo Júnior e a Deputada Irondi Pugliesi.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu indago ao Deputado Algaci Túlio, eu requeri na Mesa, ele estava inscrevendo e eu me inscrevi para hoje, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa inscreve Vossa Excelência para amanhã no Grande Expediente em primeiro lugar...

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requiero para hoje, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não, hoje não dá.

Liderança do PMDB com a palavra.
(Declina).
Liderança do PFL com a palavra.
(Declina).
Liderança do PSDB com a palavra.
(Declina).
Liderança do PDT com a palavra.
(Declina).
Liderança do PTN com a palavra.
(Declina).
Liderança do PRN com a palavra.
(Declina).
Liderança do PDS com a palavra.
(Declina).
Liderança do PRP com a palavra.
(Declina).
Liderança do PL com a palavra.
(Declina).
Liderança do PT com a palavra.
(Declina).
Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença dos 48 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 171/89, constante da Ordem do Dia de hoje. - Em votação.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, eu gostaria de, neste momento, relatar uma situação desagradável, ao ser votado este projeto, em virtude de que notei num parecer do relatório de Finanças e Orçamento a minha assinatura como Relator, e esta assinatura não confere com a minha assinatura. E, por último, não estava nesta cidade no dia que foi feita esta Sessão da Finanças e Orçamento. Portanto, requeiro, Senhor Presidente, que retire da Ordem do Dia este projeto de lei e envie à Comissão de Finanças e Orçamento para que tenha efetivamente lá sim o relatório, o parecer, a

discussão para este Relator ou qualquer relator assinar com a verdade e com justiça.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já tinha ouvido de Vossa Excelência essa denúncia, determinou a abertura de sindicância. No entanto, a sua assinatura é a quinta assinatura, não prejudica o andamento do projeto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem)

- Senhor Presidente, O Deputado José Rogério faz uma grave denúncia, já que ele consta como relator desta matéria, que é relevante. Afinal, nós estamos praticamente aqui discutindo um novo orçamento; e como o Deputado chega aqui e pondera à Mesa de que há falsificação de sua assinatura na condição de Relator da Comissão de Orçamento e de Finanças, me parece que esta Assembléia não tem como deliberar enquanto este projeto não retornar à referida Comissão para que emita um novo parecer. Como vamos deliberar sem um novo parecer? Além disso, enquanto retorna para lá, é necessário uma investigação séria a respeito disso. Afinal de contas, não é qualquer trocado que se faz no botequim quando você vai comprar uma carteira de cigarros que nós estamos aqui decidindo. Nós estamos aqui decidindo alguma coisa em torno de quatro milhões de cruzados, nós estamos aqui decidindo uma suplementação de verba afora os 30% concedidos pela Lei Orçamentária em valores superiores ao valor original do Orçamento, e nós não podemos deliberar enquanto esta questão não for resolvida. É sério, o Parlamento fica sobre suspeita, todos nós ficamos impedidos de um deliberação consciente e correta. Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Enquanto a Mesa está tomando as providências para verificar o que aconteceu, nós vamos votar as outras matérias, sem prejuízo da decisão da Mesa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 218/88, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE CAPOEIRA SERPENTE DO OESTE", com sede e foro na cidade de Cascavel. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 242/88, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que declara de Utilidade Pública a "UNIÃO GERAL DOS SERVIDORES DO SISTEMA PE-

NITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ" UGESP, com sede e foro em Piraquara. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 275/88, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO NACIONAL ANTIDROGAS" - ANAD, com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 277/88, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO GUABIROTUBA", com sede nesta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.D.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 50/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 33/89), que objetiva ajustar o lançamento e cobrança do IPVA, que trata a Lei n° 8.925, de 28/11/88. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

Sobre o projeto há emenda do Deputado Ezequias Losso, já aprovada em 2.^a discussão. Os Deputados que aprovam a emenda queiram conservar-se como estão. **APROVADA.**

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Pela Ordem. Eu solicito que V. Exa. determine a leitura da emenda, por obséquio, e também sobre qual projeto de lei se refere.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projeto de Lei n° 50/89, e está publicado na Ordem do Dia da presente sessão, mas vai proceder à leitura.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, eu declino da solicitação, porque,

conforme V. Exa. informa, está impresso, na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Questão de Ordem.

Senhor Presidente, diante das dúvidas implícitas da colocação do Deputado Nereu Massignan, já tendo comentado o assunto com o Líder da maioria nesta Casa, solicito que o presente projeto seja retirado para que a Comissão de Constituição e Justiça faça as devidas avaliações sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há um requerimento do Deputado José Rogério Carvalho constante do expediente que pede a retirada por três sessões.

Deputados que aprovam queiram conservar-se como estão. **Aprovado o projeto, irá à Comissão de Constituição e Justiça e emenda.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 78/89, de autoria do Deputado Hernas Brandão, que altera a redação do Art. 8º da Lei n° 8.246, de 13/01/86. (Falecendo o pensionista, o benefício será transferido ao seu cônjuge, filhos menores e incapazes, na forma da Lei). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade: **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 79/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 41/89), que concede pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários-mínimos de referência a APARECIDA SPARAM TITATO, viúva do ex-suplente de Delegado de Polícia VANDIR TITATO. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 93/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 46/89), que objetiva criar, no Departamento de Trânsito - DETRAN, dois cargos de provimento em Comissão de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 7-C e cinco cargos de Chefe de Posto de Trânsito, símbolo 8-C. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 130/89, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede gratificação a título integral e dedicação exclusiva aos Diretores das Escolas Estaduais e aos Assistentes de Núcleo, conforme especifica. Com

PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado.

Suspendo a sessão por dez minutos, para que a Mesa examine a denúncia do Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, pela ordem.

Com relação ao Projeto nº 50/89, Vossa Excelência mandou à Comissão de Constituição e Justiça, sem aprovar a emenda?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sem aprovar a emenda.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Reabre-se a sessão.

A Mesa determinou a sindicância com respeito à assinatura, anula o Parecer da Comissão e transforma a Assembléia em Comissão Geral. Designa o Deputado Cândido Bastos para relatar a matéria.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 171/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 60/89), que altera os limites para abertura de créditos suplementares

fixados na Lei nº 8.905, de 05 de dezembro de 1988 (artigos 5º e 9º), relativos tanto à Administração Direta quanto à Indireta, conforme específica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.

Senhor Secretário:

Em atenção ao requerimento 7144 de 09.08.89 em que são solicitadas informações complementares à Mensagem Governamental nº 60/89 de 01/08, relativas a Despesas do Estado, informamos que o dispêndio provável é de Ncz\$ 4.436.413.917,00, conforme discriminação em anexo.

Os critérios para a projeção da despesa são os seguintes: base julho/89, com 30% de inflação mensal no grupo de despesas de pessoal e custeio; serviço da dívida, distribuição mensal conforme necessidade fornecida pela Secretaria de Estado da Fazenda e outras despesas de capital com a hipótese conforme a distribuição dos quadros em anexo.

Com relação a receita, o ICMS foi projetado com 30% ao mês a partir de julho.

Sem mais para o momento, apresento minhas

Cordiais saudações.

Francisco de B.B. Magalhães Filho
Secretário de Estado do Planejamento
e Coordenação Geral

DESPESA DO TESOURO

PODER EXECUTIVO + LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO

EM NCz\$ 1,00

MESES	PESSOAL	CUSTEIO	DÍVIDA			CAPITAL	TOTAL
			CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		
JAN	46.548.053	6.007.893	10.378.239	958.220	11.336.459	1.116.469	65.008.874
FEV	52.494.655	10.650.948	12.149.415	1.075.905	13.225.320	7.108.182	83.479.105
MAR	63.743.032	15.555.891	23.251.894	3.019.619	26.271.513	13.373.049	118.943.485
ABR	73.148.165	22.476.022	57.282.351	15.506.013	72.788.364	17.602.255	186.014.806
MAI	76.688.811	20.044.788	38.995.807	14.755.339	53.751.146	20.257.302	170.742.047
JUN	101.722.790	12.681.088	21.772.340	9.326.313	31.098.653	65.992.852	211.495.383
JUL	120.900.634	50.911.053	27.932.932	15.781.948	43.714.880	29.574.659	245.101.226
AGO	157.170.824	57.020.379	49.434.155	13.467.175	62.901.330	42.883.256	329.139.779
SET	204.322.071	63.862.824	59.877.140	16.312.121	76.189.261	62.180.721	428.731.733
OUT	265.618.692	71.526.363	69.894.586	19.041.139	88.935.725	90.162.045	556.568.046
NOV	345.304.300	81.540.054	68.235.703	18.589.215	86.824.918	130.734.965	708.271.242
DEZ	1.018.587.973	120.722.697	121.890.285	33.206.146	155.096.431	174.044.162	1.536.757.743
TOTAL	3.526.250.000	533.000.000	561.094.847	161.039.153	722.134.000	655.029.917	4.436.413.917

ESTADO DO PARANÁ
OPERAÇÕES DE CRÉDITO

1989

NCz\$ 1.000

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
INTERNA	3.492	59	3.013	23.158	16.656	10.469	14.178	5.200	31.069	62.816	1.036.053	114.380
EXTERNA	738	6.237	-	-	-	421	5.290	-	1.600	3.800	6.600	10.000
TOTAL	4.230	6.296	3.013	23.158	16.656	10.990	19.468	5.200	32.669	66.616	1.042.653	124.380
TOTAL INTERNA 1.300.543												
TOTAL EXTERNA.....34.686												
TOTAL GERAL 1.355.229												

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DO ESTADO DO PARANÁ

NCz\$ 1,00

ESPÉCIE	RECEITA INICIAL	ARRECADAÇÃO								MENSAL		% ACUMULADO DE JAN/JUNHO	% DE INGR
		1989	JANEIRO	FEVEREIRO	%	MARÇO	%	ABRIL	%	MAIO	%	JUNHO	
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.029.035.596	51.624.276	57.410.973	11,2	73.485.258	28,0	122.424.951	66,6	119.654.415	(2,3)	142.691.278	19,3	587.291.151
ICMS	992.842.123	50.197.390	55.474.053	10,5	69.237.656	24,8	117.932.411	70,3	113.626.388	(3,7)	136.113.950	19,8	542.581.848
OUTRAS	36.193.473	1.426.886	1.936.920	35,7	4.247.602	119,3	4.492.540	5,8	6.028.027	34,2	6.577.328	9,1	24.709.303
TRANSF. FEDERAIS	156.210.087	8.055.067	10.387.476	29,0	13.561.232	30,6	12.239.073	(9,7)	12.025.821	(1,7)	27.660.393	130,0	83.929.062
OP. CRÉDITO	677.709.682	4.230.014	6.295.572	48,8	3.013.299	(52,1)	23.157.899	668,5	16.656.545	(28,1)	10.890.215	(34,8)	64.243.544
OUTRAS RECEITAS	91.813.353	2.044.657	1.314.232	(35,7)	2.071.285	57,6	2.820.520	36,2	5.549.252	96,7	3.376.646	(39,2)	17.176.592
TOTAL	1.954.788.718	65.954.014	75.408.253	14,3	92.131.074	22,2	160.642.443	74,4	153.886.033	(4,2)	184.618.532	20,0	732.640.349

ARRECADAÇÃO MENSAL

ESPÉCIE	ARRECADAÇÃO MENSAL						ACUMULADO
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	JAN A DEZ
RECEITA TRIB.	167.558.000	216.706.000	279.900.000	359.830.000	466.920.00	606.400.766	2.664.605.303
ICMS	162.008.000	210.610.00	273.800.000	355.900.000	462.700.000	602.400.152	2.610.000.000
OUTRAS	5.550.000	6.096.000	6.100.000	3.930.000	4.220.000	4.000.614	54.605.917
TRANSF. FED	20.253.000	32.371.000	37.397.000	42.247.000	57.059.000	73.322.938	346.579.000
OP. CRÉDITO	19.468.000	5.200.000	32.669.000	66.616.000	1.042.653.000	124.379.456	1.355.229.000
OUTRAS RECEITAS	5.900.000	6.000.000	5.500.000	7.000.000	62.200.000	15.223.408	70.000.000
TOTAL	210.179.000	876.983.000	656.466.000	475.693.000	1.578.332.000	819.326.568	4.436.413.917

A Mesa comunica que, logo após a pauta, está o ofício do Senhor Secretário do Planejamento, respondendo ao requerimento de autoria do Deputado Hermas Brandão e Haroldo Ferreira.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para discutir, Deputado Pedro Tonelli.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento)
Eu apenas indagaria a Vossa Excelência se o Parecer dos Relatores está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está aprovado.

O SENHOR VALDERI MENDES VILELA - Pela ordem, Senhor Presidente.
(Assentimento)
Senhor Presidente, nós estamos aguardando que Vossa Excelência coloque em votação o Parecer. Vossa Excelência quando disse do novo Parecer e determinou a leitura, através do Relator, não colocou em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede.
Vou submeter à votação o Parecer de Plenário do Deputado Cândido Bastos. Os Senhores Deputados que aprovam o parecer queiram conservar-se como estão. APROVADO.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Eu solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e fará a verificação de votação.

O SR. LAURO LOBO ALCANTARA - Eu requeiro chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere a solicitação do Senhor 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Werner Wanderer) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 34 (trinta e quatro) Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

Senhores Deputados que aprovam o parecer, queiram levantar-se.

25 (vinte e cinco) Senhores Deputados APROVAM o parecer.

Senhores Deputados que rejeitam, quei-

ram levantar-se.

9 (nove) Senhores Deputados rejeitam.
APROVADO o parecer.

Com a palavra, para discutir, o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI (Para discutir) - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Estamos apreciando nesta sessão, creio eu que é matéria do maior significado que um Parlamento pode apreciar.

Sempre reclamamos das nossas atribuições, das nossas prerrogativas e as nossas prerrogativas principais estão no momento em que nós temos poder de decidir sobre as finanças públicas do Estado do Paraná.

Estamos hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, autorizando ou não a destinação e o uso pelo Poder Executivo de mais um Orçamento do Estado do Paraná, isto porque no final do ano passado e começo deste ano apreciamos aqui o Orçamento do Estado do Paraná que foi feita uma previsão pelo Poder Executivo, uma projeção que neste ano teríamos uma inflação de 600% e, com base neste índice, foi programado, foi premeditado o Orçamento Público para o Estado do Paraná.

Foi autorizado aqui neste Parlamento um limite de 30%, que o Poder Executivo poderia utilizar a sua suplementação sem autorização legislativa.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos apreciando em 3ª discussão uma nova autorização legislativa, que houve excesso de arrecadação. Nós estamos no mês de agosto, portanto, no oitavo mês do ano e nós estamos apreciando uma nova autorização legislativa de mais quase 100% do Orçamento que nós aprovamos.

Compreende-se aqui, Senhor Presidente, demais Deputados, de que o autorizado já foi utilizado. Compreende-se que os 30% do limite são suficientes e compreende-se que se faz necessário neste momento a autorização para mais 2 bilhões e 91 milhões de cruzados novos para serem usados, para serem destinados pelo Poder Executivo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que nos preocupa mais não é o número. Os números não nos assustam. Se se arrecada mais do que o previsto, ótimo. É óbvio que, com o aumento da produção no Estado, com o pacote tributário que nós aprovamos aqui no começo do ano, era óbvio que iria permitir uma arrecadação maior. Com que nos preocupamos, sim, é com o destino pelo qual nós estamos autorizando esses recursos. E os destinos que nos preocupam é que nos fazem crer que existem dois Paraná: o Paraná real e o Paraná imaginário. O Paraná real é esse apresentado nos números e o Paraná imaginário é aquele projetado nas inserções da Rede Globo e nas inserções da

comunicação social que propagandea o nosso Governante, aquele é o Paraná imaginário.

E hoje nós estamos aqui apreciando os números e os números nos mostram o Paraná real. E o Paraná real, Senhor Presidente, Senhores Deputados, nos preocupa porque 22% dessa autorização legislativa que totaliza 450 milhões de cruzados, visa atender aquela aspiração que sempre combatemos neste Parlamento, aquela aspiração que sempre denunciávamos e que sempre nos preocupou, desde que aqui passamos a ocupar este espaço de poder, que era o alto grau de endividamento do Estado do Paraná.

Agora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, estamos apreciando uma autorização legislativa, aonde estamos destinando, 450 milhões de cruzados para pagar encargos da dívida do Paraná.

Onde estão aqueles que diziam que a dívida do Paraná era insignificante? Onde estão aqueles que sempre defenderam aqui, a idéia de que o Paraná comporta muito mais? Esses números revelam o Paraná real e não o Paraná imaginário. Esses 450 milhões nos preocupam, porque esses 450 milhões de cruzados novos, eles poderiam servir, ao invés de nós destinarmos para os encargos da dívida pública, eles poderiam muito bem servir, para construir, Senhor Presidente e Senhores Deputados, 27 mil, 108 salas de aula com 30 metros quadrados cada sala, com o valor de 16 mil cruzados novos, o valor unitário. Se fôssemos construir salas de aula, os 320 municípios do Paraná, eles teriam mais 84 salas de aula em cada município dos 320 municípios do Paraná. Ou então, segundo dados atualizados fornecidos pela Companhia de Habitação, pela COHAB, esses recursos se fossem destinados para habitação popular, poderiam se construir, nada mais nada menos, do que 19 mil, 823 casas com 40 metros quadrados com custo unitário de 22 mil e 700 cruzados novos. Isto significa 62 casas por cada município do Paraná, por cada município dos 320 municípios do nosso Estado.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, quando estamos autorizando, discutindo uma autorização legislativa para utilizar do nosso orçamento, eu chamo a atenção, para a responsabilidade que este parlamento tem com o Paraná real. Nós temos que esquecer aqui, neste Poder, aquele Paraná imaginário e nós temos que apreciar o Paraná real, a sua situação, as suas necessidades. E o Paraná real, a sua preocupação é o crescente grau de endividamento externo, fato esse que sempre foi negado ou disfarçado por este Governo.

Nós já tivemos oportunidade de comentar, nesta tribuna, um estudo divulgado pelo DIEESE, mostrando o significativo

grau de crescimento da dívida pública do Paraná. Esse estudo que nós já denunciávamos, nesta tribuna, revela: em 1971 os serviços da dívida representavam 6.4 da receita tributária do Estado; em 1988, portanto, 17 anos depois, nós percebemos que a participação nos encargos da dívida pública do Paraná alcançou 30.3% da receita do Estado. Quer dizer, 30% da receita própria do Estado já está comprometida com a rolagem e o pagamento da nossa dívida do Estado. O relatório do DIEESE mostra ainda que no ano passado, as transferências de recursos para atender os serviços da dívida, superaram em 28% as transferências para pessoas, em forma de salários ou em forma de pensões. Outra comparação demonstra que os serviços da dívida representam 70% da despesa de pessoal e encargos da administração direta, sabendo-se que, quando no início dos anos 70, era de apenas 10%. Portanto, houve um crescimento muito grande!

Esses dados são perfeitamente comprovados agora neste pedido de suplementação orçamentária que foi encaminhado a esta Casa pelo Executivo.

O Governador Álvaro Dias está solicitando mais NCz\$ 450 milhões. Equanto isso, o próprio Governador está nos Estados Unidos para tentar contrair mais um empréstimo no valor de US\$ 100 milhões. São quase NCz\$ 300 milhões que aumentarão significativamente a dívida de nosso Estado.

Cabe dizer aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que a situação de nosso Estado, a situação do Paraná não é diferente da situação do Brasil. O Paraná reproduz a mesma situação do Brasil: desembolsa mais recursos para rolar a sua dívida do que o montante de dinheiro novo que entra. É claro que a Liderança do Governo nesta Casa muitas vezes tentou negar esta situação. Mas, os números comprovam. E, sabemos muito bem, se o Governo pede uma suplementação de dois bilhões e noventa e um milhões de cruzados novos, reservando 22% para encargos da dívida, conclui-se que 21.5% desse novo Orçamento já tem destino certo e bem longe do Paraná.

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acrescenta novas cores, em tons mais sombrios, ao Paraná imaginário desse Governo que aí está.

Podemos deixar o rei sonhar com o seu reino, mas o povo do Paraná precisa conhecer o Paraná real. Nós não estamos mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em idade dos contos de fadas, temos que assumir o Paraná real. Nós temos a responsabilidade de fazer a ponte, de fazer a ligação entre os anseios da população e os centros decisórios da administração pública estadual.

Portanto, não podemos mais aceitar essa situação cotidiana onde percebemos que

as necessidades reais do Paraná não são contemplada por aqueles que defendem o Paraná imaginário.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero abusar do tempo que esta Casa me concede.

Apelo: não podemos continuar aprovando a olho fechado a destinação dos recursos do povo do Paraná que os empresários, os microempresários, os trabalhadores estão suando para contribuir com este Estado, para que eles continuem sendo destinados, indiscriminadamente, para atender aos interesses dos banqueiros, dos empreendedores e daqueles que, sem derramar uma gota de suor, estão usufruindo do Paraná imaginário e daqueles que o defendem.

Por isso, voto contrário a este projeto, voto contrário a essa intenção, e gostaríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Parlamento, destinasse esses recursos e aprovasse a sua destinação, para as necessidades reais, e não para as necessidades imaginárias, publicadas no Estado do Paraná, porque não passam da imaginação do príncipe, que está enganado no seu Palácio.

Era isso, Sr. Presidente, era isso Srs. Deputados.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a discussão. Em votação o Projeto de Lei nº 171/89. Aprovado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Sr. Presidente, nós solicitamos a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Chamada nominal, Sr. Presidente. Dispensamos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se.

26 (vinte e seis) Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se.

09 (nove) Srs. Deputados rejeitam.

Está aprovado o projeto.

O SR. VALDERI MENDES VILELA (Pela Ordem) - Apenas para registrar as próprias palavras do Líder do Governo, que a Oposição ficou diminuída novamente nesta Casa. Que constasse em Ata as próprias palavras do Líder Artagão Mattos Leão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento de n. 1589, de auto-

ria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1587, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1586, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1595, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1580, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1576, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1577, de autoria do Sr. Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1572, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1600, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1579, de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1583, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1584, de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1591, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1592, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1598, de autoria dos Senhores Deputados Basílio Zanusso, João Arruda, Amélia Hruschka e demais Senhores Deputados, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1597, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1596, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1575, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira e Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1574, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Senhor Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1573, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, com apoio do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1599, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1585, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo Autor.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 1593, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 15, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei ns. 323, 324 e 326/84

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 38/89

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 46, 49, 67, 104, 116, 119 e 124/89. e do Projeto de Resolução n. 30/89.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11ª LEGISLATURA
ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na sala de reunião das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final sob a presidência do Deputado Pirajá Ferreira. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Raul Lopes apresentou redação final aos Projetos de Lei de ns. 85 e 131/89, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu Severo Olímpio Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) PIRAJÁ FERREIRA
Presidente

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 11ª LEGISLATURA
ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de agosto do ano de um mil, novecentos e oitenta e nove, na sala de reunião das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação Final, sob a presidência do Deputado Pirajá Ferreira. Constatada a existência de número legal, o Senhor Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado David Cheriegate apresentou redação final aos seguintes processos: Projeto de Lei ns. 323, 324 e 326/84, que foram aprovados sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

(a) PIRAJÁ FERREIRA
Presidente

SEVERO OLÍMPIO SOTTO MAIOR
Secretário